



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/04/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. PRISÃO.....	2 - 3
1.3. SELETIVOS.....	4
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	5 - 6
2.2. DECISÕES.....	7
2.3. PARCERIAS.....	8 - 9
2.4. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	10 - 11
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	12 - 13
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	14 - 17
4.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	18
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. EVENTOS.....	19
5.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20 - 21
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	22
6.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	23
6.3. SEM ASSUNTO.....	24
6.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	25 - 26
6.5. SERVIDORES.....	27

HUMBERTO DE CAMPOS

Caema tem 30 dias para normalizar serviços de distribuição e tratamento de água no município

A Justiça determinou, em 24 de abril, prazo de 30 dias para que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) preste serviços amplos e ininterruptos de abastecimento de água aos cidadãos do município de Humberto de Campos (a 259 km de São Luís). A decisão, proferida pelo juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares, atende a Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer ajuizada pelo promotor de justiça da Comarca, Carlos Augusto Soares, em novembro de 2010.

Ainda segundo a decisão, a Caema tem ainda 60

dias para adotar padrões de higiene e segurança adequados ao consumo humano, segundo portaria do Ministério da Saúde.

Na Ação que provocou a decisão, o representante do Ministério Público do Maranhão (MPMA) destacou que "a oferta de água em Humberto de Campos, em termos qualitativos e quantitativos, é indubitavelmente insatisfatória".

Ele também ressalta que, assim como no restante do Estado, em Humberto de Campos, a omissão é a marca do serviço da Caema. "A empresa tem deixado, ao longo dos tempos, de fazer os

investimentos mínimos necessários ao atendimento dos requisitos mínimos de adequação de todo serviço público", acrescentou, na manifestação ministerial.

SEM TRATAMENTO - Antes do ajuizamento da Ação Civil, depoimentos de servidores da empresa estatal no município colhidos pelo MPMA deram conta de que, durante oito anos, a companhia ambiental forneceu água sem qualquer tratamento à população. De acordo com os funcionários, a água de um dos poços no município era lançada no sistema de abastecimento sem antes passar pelo siste-

ma de filtros existente na Estação de Tratamento.

Mesmo tendo sido notificada pela Vigilância Ambiental do município para fazer a análise qualidade da água distribuída e das metodologias de controle da qualidade dessa água, a Caema nunca realizou nenhum procedimento para atender à notificação. A situação comprovou-se grave quando saíram os resultados insatisfatórios dos exames realizados em amostras de água recolhidas em diversas residências da cidade.

A multa diária por descumprimento da decisão foi estipulada em R\$ 2 mil.

BARRA PESADA

PRESO ACUSADO DE COMETER MAIS DE 20 ASSASSINATOS EM SÃO LUÍS



'Marquinho da Matança' e os seus comparsas

Uma operação das Polícias Civil, Militar, Grupo Tático Aéreo (GTA), coordenada pelo delegado Carlos Damasceno, prendeu "Marquinho da Matança" na manhã de ontem (26), na região da Aurora, na capital maranhense. Segundo o delegado Carlos Damasceno, "Marquinhos da Matança" estava dois mandados de prisão expedido pela Justiça. Ele é suspeito por tráfico de drogas, de pertencer a uma organização criminosa no Estado e autor de mais de vinte assassinatos na região metropolitana. Ele está envolvido no triplo homicídio ocorrido, recentemente, na Vila Isabel Cafeteira. **PÁGINA 10**

CABRA DA 'MATANÇA'

Preso bandido acusado de mais de vinte assassinatos

Uma operação das Polícias Civil, Militar, Grupo Tático Aéreo (GTA), coordenada pelo delegado Carlos Damasceno, prendeu "Marquinho da Matança" na manhã de ontem (26), na região da Aurora, na capital maranhense. Segundo o delegado Carlos Damasceno, "Marquinhos da Matança" estava dois mandados de prisão expedido pela Justiça, onde é acusado de tráfico de drogas, de ser integrante de uma organização criminosa no Estado e autor de mais de vinte assassinatos na região metropolitana. Ele está envolvido no triplo homicídio ocorrido, recentemente, na Vila Isabel Cafeteira.

"Marquinhos da Matança" estava em um veículo e ao perceber a presença dos policiais tentou fugir em alta velocidade chegando a bater



'Marquinho da Matança' e os seus comparsas

em outros automóveis que trafegavam na estrada da Aurora. Ele deixou o carro em que estava, mas acabou sendo preso no quintal de

uma residência. Também foram presas duas mulheres. Uma identificada por Camila, que seria mulher do traficante e homicida. A outra

não teve revelado no momento pelo delegado Carlos Damasceno. Elas são suspeitas de envolvimento com a organização criminosa.

Vereador José Joaquim pede recuperação de ruas do Centro

Já faz algum tempo que as ruas do Centro da capital maranhense necessitam de serem melhor cuidadas urbanisticamente e, atento a essa carência, o vereador José Joaquim (PSDB) aprovou, esta semana, na Câmara Municipal de São Luís, um requerimento solicitando para as autoridades municipais a realização de "estudos e levantamentos para elaboração e execução de um projeto de recuperação das ruas do Centro como da Rua Grande e paralelas até a Rua dos Afogados e Rua de Santana e transversais", sugere o parlamentar tucano.

A proposta do vereador social democrata é dirigida ao prefeito Edivaldo Holanda Junior, e aos secretários municipais de Urbanismo, de Obras e Serviços Públicos, de Trânsito e Transportes, bem como aos presidentes da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, e do Instituto Municipal de Paisagismo Urbano. Na proposição, ele ainda pede "a recuperação do pavimento e de calçadas, limpeza dos bueiros, sinalização horizontal e vertical, locais para

coleta de lixo, entre outras medidas que a correta avaliação de engenharia e urbanismo identificarão".

Enfatizando que a apresentação do requerimento reitera proposições anteriores de sua autoria, José Joaquim também quer que seja encaminhada uma cópia de sua solicitação a superintendente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Kátia Bogéa, "solicitando que manifeste a importante participação desse órgão para a plena efetivação do objeto do nosso requerimento".

CONCURSOS PÚBLICOS - Já para a governadora Roseana Sarney Murad e para o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Junior, o vereador José Joaquim está solicitando que seja estudado e viabilizado a inclusão, nos próximos concursos públicos a serem realizados pelo TJ-MA, vagas para o Profissional de Secretariado com registro profissional, "considerando, inclusive, a regulamentação desse Profissional de Secretariado por meio das Leis Federais nºs 7.377 de 30 de setembro de 1985 e 9.261/1996", finaliza ele.

Alternativa

É engraçado como os políticos que tiveram seus nomes citados no esquema de agiotagem no Maranhão, divulgados esta semana pela polícia e Ministério Público maranhense, se comportam. Quem não adota o silêncio como alternativa para enfrentar as denúncias televisas, ou dá uma de chocado ou parte para a negativa das denúncias. Como diz aquele ditado, "contra os fatos não há argumentos", as penalidades caberão exclusivamente à Justiça, porque tem eleitor que ainda duvida da veracidade dos fatos, assim como muitos veículos de comunicação que ganham aquela propina dos políticos citados

na investigação.

A penalidade ideal para eles é claro que seria alguns dias de cana, mas a gente conhece os meandros judiciais dessas leis preparadas pelos próprios políticos, e dificilmente es-

ve aplicar a única penalidade que ofende os políticos corruptos e cuja única medida é capaz de lhes tirar o sono: fazer com que estes devolvam tudo o que foi desviado ou pago a quadri-

A penalidade ideal para eles é claro que seria alguns dias de cana, mas a gente conhece os meandros judiciais dessas leis preparadas pelos políticos

sa turma de colarinho branco esquentará uma vaga no xilindró.

Então, espera-se que essa Justiça, que é lenta, mas que a gente deve acreditar que não falha, de-

lha de agiotas detidas no Maranhão. Esta sim mais uma mancha que nos envergonha e que impede nossos indicadores sociais de avançar.

Lourival Serejo é o novo relator no caso Cutrim

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, designado inicialmente, abriu mão da função, com base no Regimento Interno do Tribunal de Justiça

Fotos/Divulgação

Thiago Bastos
Da equipe de **O Estado**



O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa foi designado, na tarde de ontem, o novo relator do pedido de processo feito pelo Ministério Público (MP) e pela polícia para apurar a suspeita de envolvimento do deputado estadual Raimundo Cutrim com mandantes do assassinato do jornalista de **O Estado** e blogueiro Décio Sá. Por meio de decisão elaborada e divulgada na manhã de ontem, o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, designado inicialmente para a análise de possível abertura de processo contra o parlamentar, abriu mão da função, com base no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ).

Segundo o desembargador José Luiz Almeida, a distribuição do pedido de abertura de processo contra Cutrim não poderia ter sido restrita às Câmaras Criminais e sim à competência do Plenário da Corte, o que poderia acarretar, futuramente, na nulidade processual. José Luiz Almeida fez uso, na decisão, ao artigo sexto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça (TJ), que diz que "compete ao Plenário o processo e julgamento de deputados estaduais na prática de crimes comuns". O desembargador também fez uso, em



Lourival Serejo é o novo relator do pedido do MP no caso Cutrim em lugar de José Luiz Oliveira de Almeida



Mais

Procurado por O Estado, o desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa disse que somente se pronunciará apenas na segunda-feira (29) sobre o que fará com o pedido de processo contra Raimundo Cutrim.

sua decisão, do artigo 81 da Constituição do Estado do Maranhão, que prevê "a competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar deputados estaduais nos crimes comuns e de responsabilidade".

Nota - O Ministério Público do Estado (MP/MA) divulgou nota

em resposta às declarações feitas na quinta-feira (25) pelo deputado Raimundo Cutrim, do PSD, na tribuna da Assembleia Legislativa (AL), de que a instituição teria arquivado representação formulada por ele contra o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluísio Mendes, e os delegados da Polícia Civil, Roberto Larrat, Jeffrey Furtado e Maymone Barros Lima. De acordo com Cutrim, os representados teriam induzido, durante depoimento, o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, assassino confesso do jornalista Décio Sá, a envolver o seu nome no crime.

O MP rebateu as acusações de Cutrim, enumerando de forma cronológica as providências que se seguiram à representação. A

primeira delas foi a designação, em 28 de novembro do ano passado, do subprocurador-geral de Justiça, Suvamy Vivekananda Meireles, para emitir parecer determinando que o secretário da SSP e os delegados se manifestassem sobre as acusações.

Em 13 de dezembro do ano passado, foi criada uma comissão para acompanhar o caso e, no dia 27 do mesmo mês, os representados enviaram resposta. O MP, em nota, informou ainda que o secretário da SSP e os delegados impetraram habeas corpus no Tribunal de Justiça (TJ) com o objetivo de suspender a investigação. O pedido dos representados está sendo analisado pelo desembargador Kléber Costa Carvalho.

Juíza manda interditar delegacia de polícia na cidade de Bom Jardim

Decisão determina a transferência dos presos para o CPP na cidade de Santa Inês

BOM JARDIM - Em decisão datada de quinta-feira (25), a juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 2ª Vara da Comarca de Zé Doca, respondendo pela de Bom Jardim, determinou a interdição da Delegacia de Polícia do município (Bom Jardim), até que seja realizada a reforma, reparo e ampliação necessários, ou mesmo até a construção de uma nova cadeia pública. A decisão determina ainda a imediata transferência dos presos provisórios que se encontram na carceragem para a Central de Presos Provisórios de Santa Inês. A multa diária em caso de não cumprimento da decisão é de R\$ 5 mil.

A medida atende à Ação Civil Pública com pedido de tutela liminar interposta pelo Ministério Público (MP) contra o Estado do Maranhão em face das condições precárias da delegacia. Na ação, o MP destaca a falta de condições sanitárias adequadas, com graves comprometimentos estruturais e ausência de aeração, insolação e condicionamento adequado à existência humana nas seis celas destinadas a presos provisórios.

As constantes tentativas de fuga, a estrutura deficitária do

prédio construído com material de fácil destruição, que coloca em risco a vida e saúde dos presos, e a superlotação também são ressaltadas na ação.

Constituição - A juíza Denise Torres cita a Constituição de 1988, que assegurou o respeito à integridade física e moral dos presos. Segundo ela, o Pacto de San José da Costa Rica, ratificado em 1992 pelo Brasil, acrescentou a esse direito a garantia de que ninguém será submetido a tratamento cruel, desumano ou degradante, devendo os presos condenados serem separados dos provisórios, salvo em casos excepcionais.

Segundo a magistrada, “a situação retratada na ação demonstra o total desrespeito aos direitos assegurados aos presos, não só provisórios, mas também condenados. Isso porque nenhum deles é separado, além de viverem amontoados em pequenas celas sem o mínimo de ventilação/condicionamento térmico adequados a um ser humano”.

“Um ambiente sem luminosidade, água, aeração e higiene adequadas não pode ser considerado apto a custodiar pessoas se não atende a requisitos básicos estabelecidos pela Lei de Execuções Penais. Isso significa um verdadeiro tratamento desumano”, conclui a juíza.

Ação Global será realizada dia 18 de maio no campus da UFMA

Vigésima edição do mutirão da cidadania promovida pela Rede Globo/TV Mirante e Sesi ocorrerá das 8h às 17h, com a prestação de diversos serviços à população

Inscrição em casamento comunitário, consultas médicas, tratamentos odontológicos, emissão de documentos, atividades educativas e esportivas. Estes são alguns dos serviços a que terá acesso a comunidade durante a 20ª Ação Global. Com o tema *Mulher*, o maior mutirão da cidadania do país ocorrerá, este ano, no dia 18 de maio. Pela segunda vez, o evento acontecerá na Cidade Universitária, campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), situado na Avenida dos Portugueses. O projeto é realizado pela Rede Globo, por meio da TV Mirante, e pelo Serviço Social da Indústria (Sesi).

Haverá atendimento das 8h às 17h. Com uma média de 130 entidades parceiras e 2.500 voluntários, a meta é dobrar os serviços oferecidos à comunidade. A previsão é de que esta edição preste 70 mil atendimentos. Ano passado, 119 instituições firmaram parceria com o Sesi para a Ação Global. Mais de 2.500 pessoas atuaram como voluntárias



Divulgação

Serviços na área de odontologia são alguns dos ofertados à comunidade durante a realização das edições da Ação Global no mutirão, que ofereceu mais de 150 serviços. Ao todo, 66.439 atendimentos foram prestados no campus da UFMA e 35 mil pessoas foram atendidas.

Estrutura - Seguindo o modelo implantado no ano passado, os serviços oferecidos à população serão distribuídos em cinco pavilhões - Qualidade de Vida, Cidadania e Direitos do Cidadão, Educação, Cultura e Vida Saudável: Esporte e Lazer. A área total cedida pela UFMA para o evento será de 84891,02m².

A divisão em pavilhões, de acordo com a gestora de Responsabilidade Social Empresarial do Sesi e coordenadora da Ação Global, Rita Samara, permite melhor localizar a prestação do serviço. "Durante o evento, serão distribuídos folderes

com informações sobre os atendimentos a serem ofertados à comunidade, incluindo a programação cultural e a localização de cada serviço", explicou.

Voluntários - Para Rita Samara, a participação de voluntários é fundamental para o projeto. Ela explica que ainda é possível contribuir com o evento. "Precisamos principalmente de médicos voluntários", disse. O telefone para contato é (98) 2109-1848 ou (98) 2109-1828.

Entre os serviços anunciados, há o acesso a informações sobre o benefício seguro-desemprego, pela Caixa, e orientação jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo. Haverá ainda inscrições para o casamento comunitário, serviço oferecido em parceria com a Corregedoria

Geral de Justiça (CGJ). Haverá também oficinas culturais e minicursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com foco no resgate da cidadania e inclusão social da população, vacinação, emissão de documentos, serviços médicos e odontológicos, atividades esportivas e culturais.

Serviço

O QUE
Ação Global 2013

QUANDO
18 de maio, das 8h às 17h

ONDE
Cidade Universitária, campus do Bacanga - UFMA (Avenida dos Portugueses)

Serviços da Ação Global 2013

Inscrição para Casamento Comunitário (data a confirmar): se solteiro, certidão de nascimento (original); se divorciado, certidão de casamento com averbação do divórcio (original); se viúvo, certidão de casamento com a comunicação do óbito, ou certidão de óbito (originais); comprovante de residência; documento de identidade; duas testemunhas munidas dos documentos pessoais;

Viva Cidadão: emissão de Carteira de Identidade 1ª via - 600 unidades (sendo atendidas 100 unidades por dia, iniciando 18 de maio (sábado) até o dia 23 de maio (quinta-feira). As pessoas que ficarem na fila no dia 18 de maio, após os 100 primeiros atendimentos, serão inseridas na lista de reserva para atendimento nos próximos dias;

Especialidades médicas: clínica geral, cardiologia, oftalmologia, urologia, dermatologia, pediatria, ginecologia/obstetrícia, pneumologia, nefrologia;

Fitoterapia com a professora Terezinha Rêgo: orientação postural e massagem; podologia; fonoaudiologia; acupuntura;

Triagem para atendimento em especialidades: antropometria, verificação de pressão arterial, glicemia;

Círculo da beleza: cuidados com a pele do rosto, maquiagem, corte de cabelo, escova, prancha, penteados, depilação, design de sobrancelhas, massagem facial de rejuvenescimento;

Disseminação da campanha 18 de maio: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com o programa Vira Vida, do Sesi;

Mini-palestras e matrículas gratuitas para seis cursos de 14h na modalidade à distância, como parte do Programa Nacional de Competências Transversais: Empreendedorismo,

Propriedade Intelectual, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Legislação Trabalhista e Tecnologia da Informação;

Cursos e oficinas da Secretaria de Esporte e Lazer (SEDEL), com 60 vagas: desenvolvimento de atividades esportivas na semana que antecede o evento para a comunidade do entorno, com entrega dos certificados no dia da Ação Global;

Triagem e realização de encaminhamento das mulheres para a rede de atendimento a mulher vítima de violência;

Projeto Maria vai à Comunidade: promovendo o acesso da mulher à Justiça: tem como objetivos promover o conhecimento da Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha; estimular a denúncia; formar multiplicadores de informação sobre os direitos da mulher; informar a rede de atendimento e defesa dos direitos da mulher em situação de violência doméstica e familiar;

Ecocemar: o projeto consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem;

Ministério Público: atendimento e informações gerais; informações e atendimento às mulheres vítimas de violência; Promotoria Itinerante;

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): emissão de Carteira do Trabalho - 650 unidades (500 primeiras vias e 150 segundas vias), levar carteira de identidade, comprovante de residência e uma foto 3x4; atendimento Seguro Desemprego - (50 atendimentos) - levar carteira de identidade, CPF, CTPS, termo de rescisão do contrato de trabalho, comprovante de pagamento do FGTS ou extrato analítico do FGTS, requerimento do seguro desemprego e comunicação de dispensa.

338 pessoas já tiveram paternidade reconhecida por meio de projeto

Reconhecer é amar! vem sendo realizado nas sete varas da Família de São Luís desde o mês de julho, com audiências desde setembro; 225 reconhecimentos ocorreram de forma espontânea e os demais via processo judicial

Desde julho do ano passado, quando foi lançado o projeto *Reconhecer é amar!*, as sete Varas da Família de São Luís realizaram 338 reconhecimentos de paternidade. A maioria, 225, aconteceram de forma espontânea, sem a necessidade de um processo judicial. Ontem, a 7ª Vara da Família de São Luís realizou mais audiências do projeto. Foram 16 audiências ao longo do dia no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

O objetivo projeto *Reconhecer é amar!* é incentivar os pais a admitirem a paternidade dos filhos, sem a necessidade de um processo judicial. As Varas da Família realizam audiências por meio das quais o genitor pode fazer o reconhecimento voluntário ou se submeter a exame de DNA no Laboratório de Biologia Molecular, que funciona no 5º andar do fórum. A coleta do material genético ocorre no mesmo dia da audiência e o resultado do teste fica pronto de 15 a 30 dias.

O projeto é executado desde julho do ano passado, mas as primeiras audiências aconteceram em setembro. "No início da execução do projeto, os reconhecimentos de paternidade aconteceram de forma espontânea. Apenas em setembro surgiram os primeiros casos que necessitaram de processo judicial", explicou o juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges, titular da 7ª Vara.

Até agora, 338 reconhecimentos foram feitos, a maioria de forma espontânea - o pai manifestou interesse em reconhecer a pa-

ternidade do filho. Com a manifestação do reconhecimento voluntário e a confirmação da documentação, é feito o Termo de Reconhecimento do Filho, que é enviado pela equipe do projeto ao cartório onde o filho foi registrado, para a averbação da paternidade no registro de nascimento e a emissão da nova certidão, que é enviada pela Corregedoria ao filho reconhecido.

Audiências - Ontem, das 16 audiências marcadas, em seis a outra parte (pai ou mãe) não compareceu. Foi o caso do processo de reconhecimento de paternidade movido pelo carpinteiro Paulo Sérgio Neto Santos, pai de um menino de 9 anos. "Quando a mãe me procurou, a criança já tinha 5 anos, mas não pude reconhecer antes. Então, procurei a Justiça, mas ela não compareceu à audiência. Agora, vou procurar a diretoria do fórum para saber como proceder", informou.

Quem também não conseguiu reconhecer o filho foi o motorista Manoel Emílio Damasceno. Ele veio de São Paulo para a audiência, mas a mãe da criança de 2 anos, de quem ele supostamente é o pai, não compareceu ao fórum. "O juiz determinou a coleta de material para o exame de DNA porque eu tenho de voltar para São Paulo. Se o resultado for positivo volto para a nova audiência de reconhecimento", afirmou.

De acordo com o juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges, quando a outra parte não comparece à audiência é porque o oficial de

Números

338

reconhecimentos de paternidade já foram feitos

225

pais procuraram o Fórum de São Luís de forma espontânea

163

paternidades foram reconhecidas por indicação do pai, mãe ou filho

16

audiências foram realizadas ontem

têm uma relação normal de pai e filha desde então, mas mesmo assim ele optou pelo exame. "Fui eu quem decidiu fazer o reconhecimento, mas acho que não custa nada fazer o exame", comentou. O juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges destacou que o exame de DNA é a melhor definição e garantia da paternidade. Por isso é importante fazê-lo.

Biné Moraes



Sérgio dos Santos (d) participou de audiência para reconhecer a paternidade de Sandy Leão (c), e colheu material genético

Mais

O Reconhecer é amar! é uma iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão e foi criado com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As audiências concentradas ocorrem sempre na última sexta-feira de cada mês, em uma das sete Varas da Família de São Luís, em parceria com o Laboratório Forense. O pai que se reconhece como tal e o filho que não tem o nome do pai na Certidão de Nascimento podem procurar o posto do projeto no Fórum de São Luís, portando documentos pessoais. Se o filho for maior de 18 anos, ele deve concordar com o reco-

nhecimento.

Já a mãe que queira indicar a paternidade de seu filho, pode procurar o posto do Reconhecer é Amar! também com documentos pessoais, a Certidão de Nascimento do filho a ser reconhecido e as informações pessoais do suposto pai - nome, endereço e, se possível, outros dados. Com a confirmação da documentação, será preenchido o Termo de Indicação de Paternidade. O termo será encaminhado pelo cartório a um juiz competente, que fará a notificação do suposto pai. Ele tem 30 dias para se manifestar acerca da paternidade.

Justiça não conseguiu localizá-la para entregar a intimação. "Nesses casos, a nossa orientação é de que o pai ou mãe procure a Defensoria Pública para que ela auxilie na localização da outra par-

te, para que o processo de reconhecimento tenha seguimento e a criança possa contar com o nome do pai e mãe na Certidão de Nascimento", esclareceu.

O policial civil Sérgio Melo dos

Santos, pai de Sandy Andréia Almeida Leão, de 19 anos, também coletou material genético para exame de DNA. Quando o pai soube da existência da filha, ela já estava com 10 anos. Os dois

"RECONHECER É AMAR!": PAI RECONHECE FILHA APÓS 19 ANOS

Pai e filha buscaram o projeto juntos; outros pais dispostos a reconhecer voluntariamente foram às audiências, mas as mães não compareceram

Ontem (26), o policial Sérgio Melo dos Santos, 39 anos, compareceu, junto com a estudante Sandy Andréia Almeida Leão, 19 anos, para fazer o reconhecimento voluntário da paternidade da jovem. Eles buscaram juntos o projeto "Reconhecer é Amar!". Felizes e emocionados com o momento, eles contaram que convivem desde que a menina tinha 10 anos e agora, com a facilidade do projeto, quiseram fazer constar o nome do pai na certidão de nascimento da estudante. **(Página 08)**



Sérgio Melo e Sandy Almeida se emocionaram durante o reconhecimento

"Reconhecer é Amar!": pai reconhece filha após 19 anos

Pai e filha buscaram o projeto juntos; outros pais dispostos a reconhecer voluntariamente foram às audiências, mas as mães não compareceram



Sérgio Melo e Sandy Almeida se emocionaram durante o reconhecimento

Ontem (26), o policial Sérgio Melo dos Santos, 39 anos, compareceu, junto com a estudante Sandy Andréia Almeida Leão, 19 anos, para fazer o reconhecimento voluntário da paternidade da jovem. Eles buscaram juntos o projeto "Reconhecer é Amar!". Felizes e emocionados com o momento, eles contaram que conviveram desde que a menina tinha 10 anos e agora, com a facilidade do projeto, quiseram fazer constar o nome do pai na certidão de nascimento da estudante.

A iniciativa de pais que buscam o projeto para o reconhecimento voluntário de paternidade não é comum, segundo o juiz titular da 7ª Vara da Família, Jesus

Guanaré de Sousa Borges. Cerca de 90% dos casos quem faz a indicação da paternidade é a mãe. No entanto, o objetivo principal do projeto "Reconhecer é Amar!": incentivar os pais a reconhecerem seus filhos voluntariamente.

AUSÊNCIA - Mesmo tendo feito a indicação, algumas mães não compareceram às audiências concentradas do projeto marcadas para ontem (26), na 7ª Vara da Família.

Paulo Sérgio Neto, 36 anos, chegou cedo ao Fórum Des. Sarney Costa para fazer o reconhecimento espontâneo do filho, mas a mãe do menino não compareceu à audiência. Segundo ele, foi a segunda vez que isso aconteceu. Disse também que a iniciati-

va da indicação da paternidade partiu dele e que agora pretende ingressar com uma ação de investigação de paternidade porque quer colocar seu nome na certidão de nascimento do garoto.

As audiências concentradas, presididas pelo juiz Guanaré de Sousa Borges, começaram às 8h30. Nas três primeiras, os pais estavam presentes, mas as mães não compareceram. Participou também a promotora de justiça Maria do Socorro Assunção Gomes.

DNA - Quem também esteve na 7ª Vara da Família nesta sexta foi Leão César Santos, 53 anos. Ele fez a indicação do seu suposto pai, Magnus Rex Maluf, 75 anos. Os dois participaram da au-

diência e como não houve o reconhecimento espontâneo de paternidade, eles foram encaminhados pelo para exame de DNA, no Laboratório Forense de Biologia Molecular, que funciona no Fórum de São Luís. O filho disse ter conhecimento do pai desde que tinha 6 anos, mas só agora pediu para constar em sua certidão de nascimento o nome do pai.

DIGNIDADE - Para o juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges a paternidade reconhecida dá dignidade ao ser humano; que vai saber sua origem. "Portanto tem sido um trabalho importantíssimo", acrescentou. O magistrado destacou também que o projeto "Reconhecer é Amar!" tem contribuído muito pela praticidade de o exame de DNA ser realizado no próprio Fórum de São Luís e sem custos para as partes. O resultado do teste sai em 15 dias.

O "Reconhecer é Amar!" é uma iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, criado com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

OS INTERESSADOS - Pais que desejam reconhecer voluntariamente ou mães e filhos que desejam indicar a paternidade - devem procurar o posto do projeto, localizado no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa, para a indicação da paternidade ou o reconhecimento voluntário. Na ocasião, deve ser apresentada a documentação do filho. No caso de indicação, é marcada uma data para que o pai compareça a uma audiência em uma das Varas da Família, de acordo com o cronograma das audiências concentradas.

Bastidores

Cabe uma CPI

O pistoleiro que matou o jornalista Décio Sá diz que o deputado Raimundo Cutrim tem participação. O deputado diz que é vítima de uma conspiração e pede uma CPI. A próxima semana será decisiva para saber se haverá ou não Comissão. POLÍTICA 3

Cabe uma CPI

O assassinato do jornalista Décio Sá, há um ano, pelo pistoleiro Jhonatan de Sousa, continua rendendo desdobramentos cada vez mais explosivos. A semana acabou com repercussão do caso nos três Poderes do Maranhão. Na Assembleia Legislativa, o deputado Raimundo Cutrim fez um discurso em que repetiu acusações anteriores contra o secretário de Segurança Aluísio Mendes e três delegados. Eles teriam manipulado o pistoleiro para citá-lo em seu depoimento, quando deturhou os meios e deu o nome dos mandantes da empreitada assassina.

Cutrim disse que pediu investigação do Ministério Público sobre as circunstâncias em que seu nome foi citado pelo pistoleiro, mas que o processo estava engavetado. Em nota oficial, ontem, o MP detalha todo o trâmite do pedido dentro da instituição e concluiu, informando que os representados pelo deputado Aluísio Mendes Filho e os delegados Roberto Mauro S. Larrat, Jeffrey Furtado e Maymone Barros Lima impetraram um habeas corpus no Tribunal de Justiça do Maranhão, visando o trancamento da investigação. O caso tem como relator no TJ o desembargador Kléber Costa Carvalho, que não se manifestou sobre o pedido de liminar. E ontem mesmo o MP enviou as informações para o TJ.

Também tramita no mesmo Tribunal um processo com pedido de investigação contra o deputado Cutrim, que tem foro privilegiado. O caso tem relação com o assassinato de Décio Sá e tem como autores secretário e os delegados acusados por Cutrim de manipularem testemunhas. Resumo da ópera: Cutrim pediu investigação contra Aluísio Mendes e delegados e, em troca, também responde pelas mesmas acusações que fez. E mais, o caso Décio pode produzir uma CPI na Assembleia Legislativa, com um pavio já fumegando. Podem explodir estilhaços para todos os lados. Uma penca de prefeitos e ex estão na área de fogo.

CASO DÉCIO SÁ

MP CONTESTA ATAQUES DO DEPUTADO CUTRIM

Em nota, o Ministério Público negou que tenha engavetado a representação do deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) contra o secretário Aluísio Mendes (Segurança Pública) e os delegados Roberto Mauro Larrat, Jeffrey Furtado e Maymone Barros. O MP explicou que o processo está em tramitação. A

representação do parlamentar foi feita em novembro do ano passado, após o nome de Cutrim ter sido citado como participante do grupo de agiotas que tramou e executou o jornalista Décio Sá. O nome do deputado voltou a ser citado agora, quando o assassinato completou um ano. POLÍTICA 3

■ POLÊMICA

MP contesta deputado Cutrim

Em nota, Ministério Público responde acusação de "engavetamento" de representação feita pelo deputado estadual Raimundo Cutrim na Assembleia Legislativa. Uma comissão foi criada para apurar os fatos

MARCUS SALDANHA

O Ministério Público respondeu ontem, em nota pública, a acusação de "engavetamento" da representação feita pelo deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) contra o secretário estadual de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e três delegados da Polícia Civil. No discurso da última quinta-feira (25), na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão o deputado afirmou: "O que eu soube é que a Procuradoria tinha engavetado", referindo à representação. Na nota, MP explica que processo está em tramitação.

Na representação, Cutrim acusa o secretário Aluísio Mendes e mais três delegados da Polícia Civil, Roberto Mauro S. Larrat, Jeffrey Furtado e Maymone Barros Lima, de terem induzidos Jonathan Sousa Silva – denunciado pela morte do jornalista Décio Sá – a associar o seu nome ao fato criminoso e que o fato teria sido divulgado na mídia para causar prejuízo à imagem do deputado perante a opinião pública.

Na nota, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão afirma que não houve "engavetamento" do Processo Administrativo nº 042.8151/2012, já que o mesmo está em tramitação e que, em 28 de novembro de 2012, a Assessoria Especial manifestou-se, em parecer que foi adotado na mesma data pelo chefe da Assessoria e acolhido pelo então subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Suvamy Vivekananda Meireles, no sentido de que os representados Aluísio Guimarães Mendes Filho, Roberto Mauro S. Larrat, Jeffrey Furtado e Maymo-



Deputado Raimundo Cutrim afirmou que a Procuradoria teria engavetado a representação contra o secretário de Segurança

ne Barros Lima, se manifestassem quanto aos fatos narrados na representação. A nota explica ainda que em 13 de dezembro de 2012, o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos determinou a criação de uma Comissão para apurar os fatos narrados na apresentação e que os representados apresentaram resposta assinada em conjunto, acompanhada de documentos e um pen drive, na data de 27 de dezembro de 2012.

Ainda segundo a nota, Cutrim foi oficiado em 1º de fevereiro de 2013, para que se manifestasse sobre o conteúdo da resposta apresentada pelos representados, uma vez que foi imputado ao mesmo fatos que poderiam, em tese, configurar crimes e que o deputado Cutrim en-

caminhou manifestação, recebida no Protocolo Geral desta Procuradoria Geral de Justiça, na data de 8 de fevereiro de 2013, na qual se manifestou sobre a resposta dos representados e na data de 15 de fevereiro de 2013, a Assessoria Especial proferiu manifestação, para encaminhamento dos autos à comissão criada por meio da Portaria nº 6596/2012¹(GPGJ)².

De acordo com a nota, a comissão constituída para investigar os fatos, composta pelo procurador de justiça José Argôlo Ferrão Coelho, e pelas promotoras de justiça Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho e Selma Regina Souza Martins deliberou pela realização de várias diligências apuratórias iniciais, para a instrução do feito, as

quais estão em andamento. E que os representados Aluísio Guimarães Mendes Filho, e ainda Roberto Mauro S. Larrat, Jeffrey Furtado e Maymone Barros Lima impetraram um Habeas Corpus, protocolado no Tribunal de Justiça do Maranhão, estando sob a relatoria do desembargador Kléber Costa Carvalho, visando o trancamento da investigação mencionada, não havendo, até esta data, decisão sobre o pedido de liminar, haja vista que encontra-se com prazo para as informações por parte do MPE, as quais estão sendo encaminhadas nesta data.

O deputado estadual Raimundo Cutrim foi procurado por nossa equipe, mas em nenhum momento o parlamentar e nem sua assessoria atenderam as ligações.

1 Como já era previsível, a novela da distribuição de cartórios a concursados no Maranhão acabou no Conselho Nacional de Justiça. O último capítulo foi a ordem do conselheiro José Guilherme Vasi Werner que, em liminar, suspendeu os efeitos da audiência realizada no último dia 22, para escolha das serventias. Antes já haviam sido dadas duas liminares contraditórias, no Tribunal de Justiça.

Maranhão

CGJ apresenta novo regimento interno aos seus servidores

Na manhã desta segunda-feira (29), a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão apresenta, a todos os seus servidores o seu novo regimento interno, que norteará, a partir de agora, a estrutura e as atividades diárias do órgão. A abertura do evento será realizada pelo corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, às 9h, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Antes da apresentação, os servidores assistirão à palestra "Comportamento empreendedor no setor público", que será ministrada pelo Prof. Msc. Em Administração, Walter Nunes.

"O objetivo principal deste evento é apresentar a nova estrutura da Corregedoria. Mas queremos que os servidores estejam motivados a enfrentar as mudanças e trabalhar para que, com as novas rotinas, a Corregedoria se torne ainda mais atuante", comenta o Des. Cleones Cunha.

Novo regimento – As mudanças no regimento interno atendem ao Plano de Gestão da CGJ-MA 2012/2013 e a recomendações do

Conselho Nacional de Justiça sobre as estruturas das Corregedorias. O trabalho, determinado pelo corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha, foi realizado pela equipe de planejamento estratégico da CGJ-MA, juizes auxiliares, Diretoria e com a participação dos demais setores do órgão.

"As mudanças estudadas e consolidadas no novo regimento interno da Corregedoria foram pensadas para dar mais agilidade ao trabalho do órgão, modernizando a sua estrutura e se adequando às transformações do tempo. Tenho certeza que isto dinamizará o trabalho diário da CGJ", explica o corregedor-geral Cleones Cunha.

As mudanças consistem em alterações nas atribuições e nomenclaturas de unidades administrativas e cargos, bem como na extinção de algumas delas. "É um realinhamento necessário, que redefine a atuação de determinados setores, apenas consolidado o que, na prática, já começava a se modificar", completa a diretora da Corregedoria, Socorro Sousa.

Contra crianças e adolescentes

AL discute enfrentamento à violência sexual no MA

A Comissão de Direitos Humanos e a da Minoria da Assembleia Legislativa realizou na tarde desta quinta-feira (25), no Plenarinho, audiência pública para discutir o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A audiência foi proposta pela Promotoria da Infância e da Juventude junto à comissão. Essa é a terceira revisão do plano desde sua criação. O primeiro a se pronunciar foi o promotor da Infância e da Juventude, Márcio Thadeu. Ele defendeu uma agenda positiva de eventos que incentive a denúncia como uma das principais formas de enfrentamento e combate à violência contra crianças e adolescentes. **Página 3**

Contra crianças e adolescentes

AL discute enfrentamento à violência sexual no MA

A Comissão de Direitos Humanos e a da Minoria da Assembleia Legislativa realizou na tarde desta quinta-feira (25), no Plenarinho, audiência pública para discutir o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A audiência foi proposta pela Promotoria da Infância e da Juventude junto à comissão. Essa é a terceira revisão do plano desde sua criação.

O primeiro a se pronunciar foi o promotor da Infância e da Juventude, Márcio Thadeu. Ele defendeu uma agenda positiva de eventos que incentive a denúncia como uma das principais formas de enfrentamento e combate à violência contra crianças e adolescentes.

A deputada Eliziane Gama (MD) mais uma vez lamentou a falta de investimento do governo do Estado que, segundo ela, não prioriza a criança. "Nós temos um plano que foi criado em 2002, mas durante todo esse período não tivemos uma efetividade desse plano no Maranhão, porque tudo passa pela questão orçamentária. Se não houver prioridade no orçamento para as crianças não teremos ações fortes para combater a violência contra crianças e adolescentes", disse a deputada.



Ela avaliou a audiência como muito importante, principalmente pela presença do Tribunal de Justiça, representado pelo desembargador Vicente de Paula. Para a deputada, a presença do desembargador revela o sentimento da Justiça em querer combater esse tipo de crime no Maranhão.

"Acho que esse é um marco regulador e daqui pra frente nós temos outros pontos a buscar ainda mais de forma que a criança tenha prioridade absoluta e não venha ser violentado como vem sendo nos últimos anos, não só no estado do Maranhão como em todo país", disse.

Eliziane Gama explicou que um maior investimento por parte dos governos estadual e municipais são de extrema importância para esse enfrentamento. Segundo ela, esses recursos seriam investidos na implantação dos

CPTCAs (Complexos de Psicoterapias para Crianças e Adolescentes), na contratação de profissionais, que hoje não são suficientes para atender a vítima de violência sexual, nas políticas municipais, nas secretarias de assistência social em todo o Estado e na Secretaria de Segurança Pública, responsável pela revitalização das delegacias especializadas. Ela disse ainda que é preciso mais programas que atenda as crianças e adolescentes nas áreas de saúde, educação e segurança.

Um relatório será encaminhado ao governo do Estado e aos órgãos competentes. Entre esses encaminhamentos, a presidente da comissão vai solicitar uma audiência com a governadora Roseana Sarney (PMDB) para tratar sobre a situação orçamentária des-

tinada para a criança e o adolescente. A mesma solicitação será feita ao prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PTC).

A audiência foi presidida pela deputada Eliziane Gama, presidente da comissão, e contou com a participação dos deputados petistas Bira do Pindaré e Francisca Primo; do promotor Márcio Thadeu (Infância e Juventude); do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro; do juiz José Afonso; do defensor do Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente, Gabriel Furtado; Claudiomar Leocádio, da Associação de Conselheiros Tutelares; da delegada Iglia Freitas; e da psicóloga Nelma Pereira, conselheira estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além de representantes de secretarias estadual e municipal e demais órgãos.

HUMBERTO DE CAMPOS

Caema tem 30 dias para normalizar distribuição e tratamento de água

A Justiça determinou, em 24 de abril, prazo de 30 dias para que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) preste serviços amplos e ininterruptos de abastecimento de água aos cidadãos do município de Humberto de Campos (a 259 km de São Luís). A decisão, proferida pelo juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares, atende a Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer ajuizada pelo promotor de justiça da Comarca, Carlos Augusto Soares, em novembro de 2010.

Ainda segundo a decisão, a Caema tem ainda 60 dias para adotar padrões de higiene e segurança adequados ao consumo humano, segundo portaria do Ministério da Saúde.

Na Ação que provocou a decisão, o representante do Ministério Público do Maranhão (MPMA) destacou que “a oferta

de água em Humberto de Campos, em termos qualitativos e quantitativos, é indubitavelmente insatisfatória”.

Ele também ressalta que, assim como no restante do Estado, em Humberto de Campos, a omissão é a marca do serviço da Caema. “A empresa tem deixado, ao longo dos tempos, de fazer os investimentos mínimos necessários ao atendimento dos requisitos mínimos de adequação de todo serviço público”, acrescentou, na manifestação ministerial.

Sem tratamento – Antes do ajuizamento da Ação Civil, depoimentos de servidores da empresa estatal, no município, colhidos pelo MPMA deram conta de que, durante oito anos, a companhia ambiental forneceu água sem qualquer tratamento à população. De acordo com os

funcionários, a água de um dos poços no município era lançada no sistema de abastecimento sem antes passar pelo sistema de filtros existente na Estação de Tratamento.

Mesmo tendo sido notificada pela Vigilância Ambiental do município para fazer a análise qualidade da água distribuída e das metodologias de controle da qualidade dessa água, a Caema nunca realizou nenhum procedimento para atender à notificação. A situação comprovou-se grave quando saíram os resultados insatisfatórios dos exames realizados em amostras de água recolhidas em diversas residências da cidade.

A multa diária por descumprimento da decisão foi estipulada em R\$ 2 mil.

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013
Processo Administrativo nº 32202/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que o sob a égide da Lei nº. 10.520/02, Decreto Estadual nº. 26.645/10/05, Portaria 306/10-TJ/MA, e, subsidiariamente, das disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº. 123/06 e Decreto Federal nº. 5.450/05, a **REABERTURA DE PRAZO** da licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço locação de impressoras e envelopadora digitais, novas, de primeiro uso em linha de produção, não podendo ser reconstituído, ou remanufaturado, com assistência técnica, toner, cilindro, e revelador, marcado para o dia 18/04/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília).**

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia **14/05/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

O pregoeiro informa que, o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 26 de abril de 2013.
Jonnilson Nogueira dos Passos
Pregoeiro TJ/MA

CNJ anula audiência pública sobre concurso para cartórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através de liminar concedida pelo conselheiro José Guilherme Vasi Werner, anulou a audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão que definiu a escolha das serventias (cartórios) no estado. A decisão do magistrado foi proferida no final da noite desta quinta-feira.

PÁGINA 3

CNJ anula audiência pública sobre concurso para cartórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através de liminar concedida pelo conselheiro José Guilherme Vasi Werner, anulou a audiência pública realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão que definiu a escolha das serventias (cartórios) naquele estado. A decisão do magistrado foi proferida no final da noite desta quinta-feira.

Em sua decisão, o conselheiro José Guilherme Vasi alega que houve “violação aos princípios da publicidade, transparência e boa-fé da administração, uma vez que a audiência, cuja suspensão foi amplamente divulgada tornou-se um ato obscuro eis que não havia, ao tempo da concessão da liminar no plantão, poucas horas antes da data marcada, tempo hábil nem viabilidade para a

devida comunicação dos candidatos e em muitos casos nem mesmo para o deslocamento daqueles que residem fora da capital maranhense”.

Pelo menos 50 pessoas, entre elas sete piauienses, todos aprovados no concurso para cartórios no Maranhão, ingressaram com ação contra o TJ-MA por se sentirem lesadas com a decisão daquele Tribunal em adiar e depois confirmar a data da realização da audiência pública para definição da ocupação das 144 serventias vagas naquele estado.

Além de suspender de forma imediata o andamento do concurso público, o Conselho Nacional de Justiça deu um prazo de 15 dias para o TJ-MA se manifestar sobre o assunto.

Entenda o caso – Toda confusão

começou na tarde da última sexta-feira (19), quando o presidente do TJ-MA suspendeu a audiência pública marcada para segunda-feira (22). No entanto, na noite de domingo (21), o desembargador Bayma Araújo determinou através de liminar que a reunião fosse mantida para sua data original, no caso a manhã de segunda-feira.

Com a primeira decisão do Tribunal de Justiça, muitos aprovados foram embora da cidade de São Luís, local da audiência, e outros cancelaram sua ida à capital maranhense. Como a confirmação da reunião se deu menos de 12h antes de sua realização, muitos candidatos não tiveram tempo hábil para comparecer à audiência e acabaram eliminados do certame.

■ Honorários

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, vai encaminhar ofício aos juízes recomendando o pagamento de honorários dos profissionais de Serviço Social, quando seus serviços periciais forem solicitados pelo Poder Judiciário.

A comunicação foi feita pelo presidente do TJMA nessa quinta-feira (25) durante reunião com a conselheira Leila Brandão e a agente fiscal, Lucilene Guimarães, do Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão (CRESS).

Juíza determina interdição de delegacia de polícia em Bom Jardim

Em decisão datada de quinta-feira (25), a juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 2ª Vara da Comarca de Zé Doca e respondendo pela Comarca de Bom Jardim, determinou a interdição da Delegacia de Polícia do município (Bom Jardim) “até que seja realizada a reforma, reparo e ampliação necessários, ou mesmo até a construção de uma nova cadeia pública”. A decisão determina ainda a imediata transferência dos presos provisórios que se encontram na delegacia para a Central de Presos Provisórios de Santa Inês. A multa diária em caso de não cumprimento da decisão é de R\$ 5 mil.

A decisão atende à Ação Civil Pública com pedido de Tutela Liminar interposta pelo Ministério Público contra o Estado do Maranhão em face das “condições precárias da delegacia”.

Na ação, o MP destaca a “falta de condições sanitárias adequadas, com graves comprometimentos estruturais e ausência de aeração, insolação e condicionamento adequado

à existência humana” das seis celas destinadas a presos provisórios do sexo masculino.

As constantes tentativas de fuga; a estrutura deficitária do prédio construído com material de fácil destruição, “o que coloca em risco a vida e saúde dos presos” e a superlotação também são ressaltadas na Ação.

Letra morta - Em suas alegações, Denise Torres cita a Constituição de 1988, que “assegurou, em seu extenso rol de direitos e garantias tidos por fundamentais, o respeito à integridade física e moral dos presos”, e o Pacto de San José da Costa Rica, ratificado em 1992 pelo Brasil, que acrescentou a esse direito a garantia de que “ninguém será submetido a tratamento cruel, desumano ou degradante, devendo os presos condenados serem separados dos provisórios, salvo em casos excepcionais”.

E acrescenta: “De fato, a delegacia de polícia desta comarca abriga presos sujeitos às mais precárias condições, sujeitando-os à própria sorte e a todas as

espécies de mazelas possíveis”.

Segundo a magistrada, a situação retratada na ação “demonstra o total desrespeito aos direitos assegurados aos presos, não só provisórios, mas também condenados. Isso porque nenhum deles é separado, além de viverem amontoados em pequenas celas sem o mínimo de ventilação/condicionamento térmico adequados a um ser humano”.

“Um ambiente sem luminosidade, água, aeração e higiene adequadas não pode ser considerado apto a custodiar pessoas se não atende a requisitos básicos estabelecidos pela Lei de Execuções Penais. Isso significa um verdadeiro tratamento desumano, negando de uma só vez o estabelecido por diversas leis e estatutos, além de fazer letra morta a Carta de 1988”, conclui a juíza.